



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MIDR 2023-2027

Versão 1.0 - 1223

CADERNO ESTRATÉGICO EIXO PARCERIAS E FOMENTO



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Antônio Waldez Góes da Silva

Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional
Presidente do Comitê Estratégico de Governança – CEG

Valder Ribeiro de Moura

Secretário-Executivo

Eduardo Corrêa Tavares

Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros

Coordenação e Orientação Metodológica

Marina Soares Almeida Diretora de Gestão Estratégica

Antonio Sergio Malaquias Queiroz Filho Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica

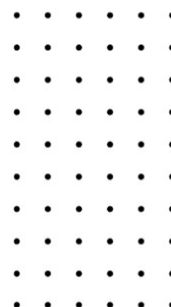
Cristina Abreu Jansen Coordenadora de Gestão Estratégica

Fernanda Muniz da Conceição Coordenadora de Planejamento

Caroline Angélica Moreira Soares Assessora Técnico Especializado

Fred Carlos Barros Rosas Analista Técnico Administrativo

Caroline Silva Passos Assessora Técnico Especializado



Equipe de elaboração - Secretaria Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros

André Braga Galvão Silveira Coordenador-Geral de Parcerias e Articulação Institucional

Aliuscha Rodrigues Ribeiro Ferraz Coordenadora de Projeto

Anderson Mendes Costa Coordenador-Geral de Políticas e Normas dos Fundos de Investimentos da Amazônia e do Nordeste

André Krauss Queiroz Coordenador-Geral de Articulação e Parcerias

Clécio da Silva Almeida Santos Coordenador-Geral de Políticas e Normas dos Fundos Constitucionais de Financiamento

Denilson Campello dos Santos Diretor do Departamento de Estruturação de Projetos

Érica Domingos da Silva Diretora do Departamento de Políticas e Normas dos Fundos e Instrumentos Financeiros

Fernanda Ludmilla Elias Barbosa Chefe de Gabinete

Fernanda Gabriela Nunes Lucena Fonseca Coordenadora de Estruturação de Projetos e Secretaria-Executiva do FDIRS

Átila de Azevedo Caparrosa Coordenador-Geral de Sustentabilidade e Adaptação a Mudanças Climáticas

Luiza de Paula Oliveira Botelho Coordenadora de Projeto

Marcelo Binenbojm Coordenador-Geral de Estruturação de Projetos e Secretaria-Executiva do FDIRS

Marina Servato Ferreira Coordenadora de Fundos de Desenvolvimento Regional, de Investimentos e dos Incentivos Fiscais

Participações Especiais – Representantes de outras Secretarias e Entidades Vinculadas

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam

Antônio Fernando Ferreira Ramos Coordenador-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional

Érika de Almeida Leite Química

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene

Camila Leandro de Souza Coordenadora de Gestão da Estratégia e Desempenho Institucional

Cláudia Maria da Silva Diretora de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos substituta

Danilo Campelo Coordenador-Geral de Cooperação e Articulação de Políticas

Rafael de Albuquerque Feitosa Coordenador-Geral de Gestão Institucional

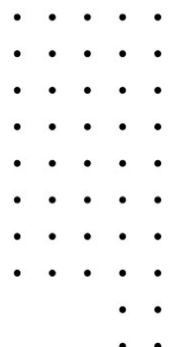
Rafaella Eliana Alves Arcila de Melo Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas substituta

Silvio Carlos do Amaral e Silva Coordenador-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais

Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco

Georgia Carolina Capistrano Coordenador-Geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais

Priscilla Marotta Gardino Estatística



PARCERIAS E FOMENTO

Versão 1.0 - 1223

O aumento da demanda pela prestação de serviços públicos de qualidade pela população, associado à redução da disponibilidade de recursos para investimento no orçamento da União, bem como dos entes federados, tem levado à busca por soluções que permitam atender às demandas por melhoria e ampliação da infraestrutura e prestação de serviços por meio de parcerias com o setor privado. Para que isso ocorra, os diversos setores de infraestrutura têm aprimorado seus marcos normativos e a regulação visando trazer segurança jurídica aos investidores e aspirando à ampliação da infraestrutura nos diversos níveis. O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional tem trabalhado para melhorar marcos jurídicos e regulatórios para trazer a atração de investimentos privados nas suas áreas de competência.

Os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): parcela de recursos tributários da União são destacados para implementação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do País.

Já os Fundos de Desenvolvimento Regional asseguram recursos para a realização de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas nas áreas de atuação das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste.

No âmbito do PEI – MIDR, a macropolítica de parcerias e fomento está organizada em dois subeixos estratégicos fundamentais:

- Parcerias com o setor privado;
- Fundos e Instrumentos Financeiros.

O subeixo de **Parcerias com o Setor Privado** representa a atuação transversal do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional para a implantação de infraestruturas e prestação de serviços públicos por meio dos diversos mecanismos disponíveis de parceria com os atores privados e internacionais.

O subeixo de **Fundos e Instrumentos Financeiros**, por sua vez, envolve a atuação transversal voltada para a estruturação e a melhoria de instrumentos de fomento, como os Fundos Constitucionais de Financiamento, Fundos de Desenvolvimento Regional, Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS) e os incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

Dada a característica transversal das temáticas, caracterizadas por atividades que possuem alto potencial para a alavancagem de projetos de infraestrutura e de fomento ao desenvolvimento regional, o eixo de Parcerias e Fomento possui forte sinergia com todos os eixos estratégicos de atuação do MIDR.

Sinergias



Principais Eixos Relacionados

Desenvolvimento Regional e Territorial;
Segurança Hídrica;
Proteção e Defesa Civil.

Principais Subeixos Relacionados

Planejamento Regional e Ordenamento Territorial;
Irrigação;
Desenvolvimento Produtivo;
Infraestrutura Hídrica;
Gerenciamento de Recursos Hídricos;
Revitalização de Bacias Hidrográficas;
Gestão de Riscos de Desastres;
Gestão de Desastres.

A seguir estão apresentados os vínculos existentes no campo das parcerias e fomento no âmbito do MIDR com os principais instrumentos de planejamento estabelecidos: Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD – 2020-2031); e Plano Plurianual (PPA 2024-2027).

Vínculos com as Orientações da Estratégia Federal de Desenvolvimento 2020-2031

- Estimular a criação de modelos de regulação para concessões e parcerias público-privadas – PPPs relacionadas à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- Promover o surgimento de modelos de negócios inovadores que sejam viabilizadores de ganhos sistêmicos na redução das desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais;
- Fortalecer a estratégia de atração de investimentos diretos estrangeiros, com foco na eficiência produtiva e na inserção internacional;
- Ampliar as pautas de parcerias e cooperação técnica, científica e tecnológica com países desenvolvidos e em desenvolvimento;
- Reforçar os mecanismos e diversificar as fontes de financiamento do investimento de longo prazo, propiciando a redução dos custos das transações financeiras;
- Ampliar os produtos financeiros de apoio às *start-ups*, com maior prioridade de recursos para capital semente, incluídos os não reembolsáveis, e com incremento para fundos de venture capital em inovação e infraestrutura;
- Fortalecer os instrumentos financeiros de apoio a micro, pequenas e médias empresas para inovação e sua inserção na economia digital;
- Diversificar as estratégias de captação de recursos nos mercados doméstico e internacional para o mercado de capitais, títulos, empréstimos e securitização de carteiras, entre outros; e
- Direcionar o foco da atuação dos bancos de desenvolvimento para projetos e atividades não atendidos de forma adequada pelo mercado, para a transformação da estrutura produtiva e da infraestrutura na direção do aumento da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade, sobretudo em áreas portadoras de inovação.

Vínculos com o Plano Plurianual 2024 – 2027

Programa: 2317 – Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Objetivo Geral: Integrar o território nacional e promover o desenvolvimento regional e territorial sustentável, inovador e inclusivo a partir de processos de planejamento, ordenamento e estruturação produtiva.

Objetivo Específico 1: Aprimorar a aplicação e o acesso aos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional.

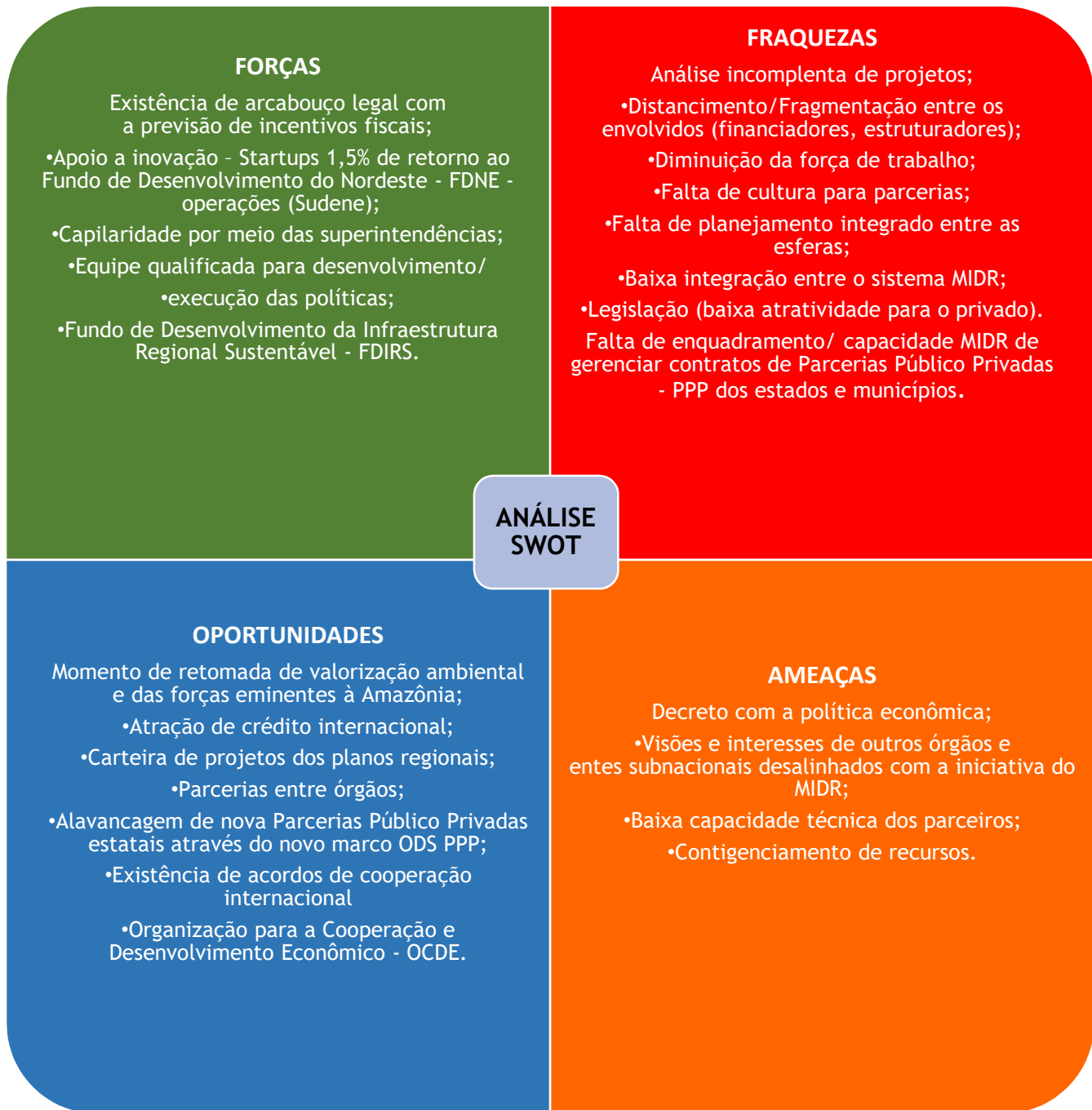
Indicador: Índice de Contratações nas tipologias prioritárias da PNDR com recursos dos FCFs.

Entregas:

1. Financiamento em investimento fixo pelos Fundos Constitucionais de Financiamento;
2. Financiamento com tomadores de menor porte (FBA até 16 milhões);
3. Medidas Institucionais;
4. Ampliar investimento privado para implementação de infraestrutura e prestação de serviços com foco no desenvolvimento regional, por meio de concessões e parcerias público-privadas;
5. Estruturação e implementação de novo *funding* para construção da Transnordestina;
6. Aprimoramento das regras de financiamento dos Fundos de Desenvolvimento definidos pelo Conselho Monetário Nacional;
7. Aprimoramento das programações financeiras dos Fundos Constitucionais de Financiamento;
8. Fortalecimento do microcrédito com os Fundos Constitucionais; e
9. Lançamento do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável – FDIRS.

Feita essa contextualização, apresenta-se nas páginas seguintes resumo da análise SWOT, levantamento de riscos, problemas, desafios, objetivos, indicadores, metas, programas e iniciativas do planejamento estratégico relacionados a cada um dos subeixos de parcerias e fomento.

SUBEIXO: PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO



LEVANTAMENTO DE RISCOS:

- Mudanças na legislação;
- Sombreamento entre órgãos;
- Sobreposição de interesses particulares em detrimento do público;
- Falta investidores privados interessados nos projetos estruturados pelo MIDR;
- Ausência de avanço de parcerias com o setor privado em áreas favorecidas; e
- Mudanças do clima e eventos extremos prejudicando projetos e investimento de longo prazo.

SUBEIXO: PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO

PROBLEMAS FUNDAMENTAIS

Falta de capacidade técnica, institucional e de uma cultura voltada para a estruturação de projetos de concessões e Parcerias Público Privadas - PPPs no âmbito dos entes subnacionais;

Poucos projetos de PPPs e concessões estruturados no país nas áreas do MIDR;

Falta de instrumentos técnicos e financeiros para apoio à estruturação de projetos de concessões e PPPs;

Leis e regulamentos defasados em parte das áreas de atuação do MIDR, gerando insegurança jurídica para o investimento privado;

Fragmentação no planejamento territorial, com consequências negativas para a alocação dos recursos públicos e privados; e

Falta de regulamentação dos critérios de sustentabilidade.

DESAFIOS FUNDAMENTAIS

Fortalecer a segurança jurídica para investimento privado e a regulação dos setores de atuação do MIDR;

Viabilizar instrumentos técnicos e financeiros para apoio à estruturação de projetos de concessões e PPPs;

Disseminar o conhecimento e a cultura de estruturação de projetos de PPPs e concessões nos estados e municípios;

Ampliar os investimentos privados nos setores de competência do MIDR – defesa civil, segurança hídrica, irrigação e desenvolvimento produtivo e regional;

Aumentar o número de projetos de concessões e PPPs estruturados pelo MIDR e pelos entes subnacionais;

Internalizar o conhecimento e a cultura de estruturação de projetos de PPPs e concessões da União; e

Ampliar a adoção de mecanismos mistos de financiamento e investimento (*blended finance*).

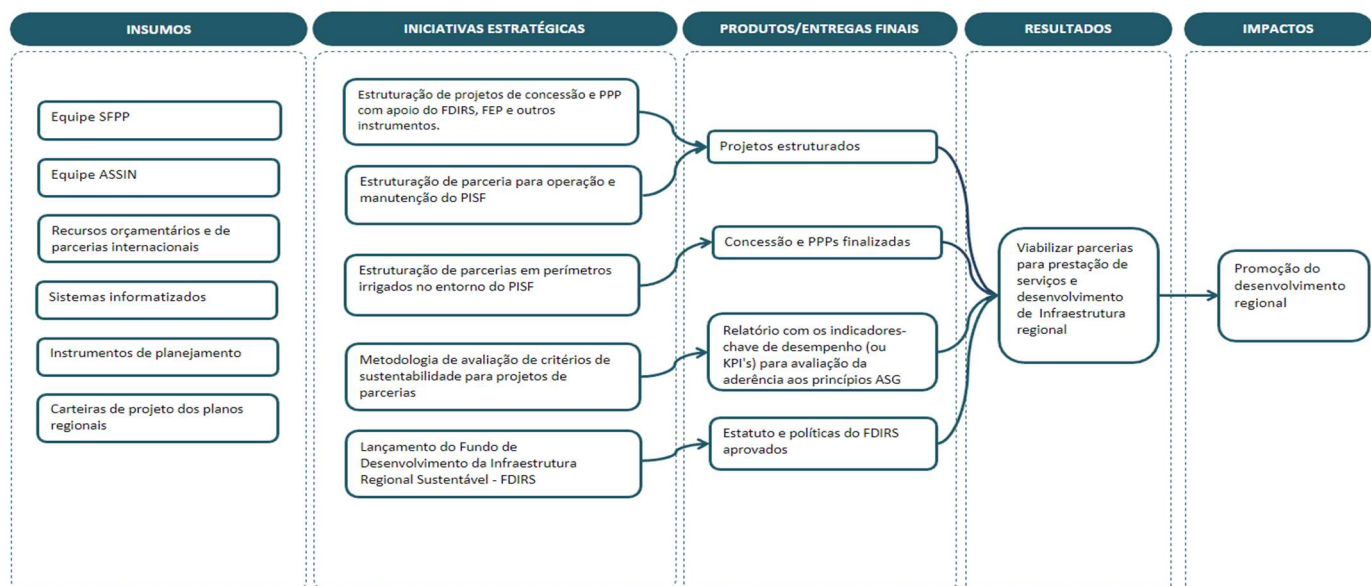
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Ampliar investimento privado para implementação de infraestruturas e prestação de serviços com foco no desenvolvimento regional, por meio de parcerias privada.					
INDICADORES ESTRATÉGICOS	LINHA DE BASE 2022	META 2023	META 2024	META 2025	META 2026	META 2027	
Número de projetos de parcerias com o setor privado estruturados (SNFI)	0	0	1	5	5	5	
Volume total de investimento privado atraído por meio de parcerias (R\$ Mil) (SNFI)	12.882.610.596,00	14.957.970.826,00	16.957.970.826,00	17.157.970.826,00	27.157.970.826,00	37.157.970.826,00	
População beneficiada pelos projetos de parcerias (SNFI)	21.680.000,00	25.680.000,00	29.680.000,00	33.680.000,00	41.680.000,00	46.680.000,00	

SUBEIXO: PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO

PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA DE PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO

MODELO LÓGICO



DETALHAMENTO DAS METAS DAS INICIATIVAS DOS PROGRAMAS

INICIATIVAS	INDICADOR DA INICIATIVA	LINHA DE BASE 2022	META 2023	META 2024	META 2025	META 2026	META 2027
Estruturação de projetos de concessão e PPP com apoio do FDIRS, FEP e outros instrumentos (SNFI)	Número de projetos com Edital publicado	0	10	15	15	15	15
Estruturação de parceria para operação e manutenção do PISF (SNFI)	Número de projetos com Edital publicado	0	0	0	1	0	0
Estruturação de parcerias em perímetros irrigados no entorno do PISF (SNFI)	Número de projetos com Edital publicado	1	3	2	2	1	1
Metodologia de avaliação de critérios de sustentabilidade para projetos de parcerias (SNFI)	Percentual da execução da iniciativa	0	80%	100%	100%	100%	100%
Lançamento do Fundo de Desenvolvimento da	Nº de Contratos com subnacionais	0	0	1	5	10	10

*Indicador e/ou metas não informados pela área. Definição após primeiras rodadas de monitoramento.

SUBEIXO: FUNDOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

FORÇAS

- Governança e forma de gestão dos fundos bem definida em lei;
- Capacidade de estabelecimento de diretrizes e orientações gerais;
 - Representatividade de diversos setores nos conselhos deliberativos;
 - Memória institucional (servidores técnicos);
 - Orçamento expressivo dos fundos constitucionais e não exposto a contingência;
 - Programa de Gestão (mecanismo de atração e retenção de equipe).

FRAQUEZAS

- Baixo interesse dos membros do Condel;
- Quadro de pessoal pouco capacitado em avaliação;
 - Falta de servidores (quantitativo);
 - Decreto do FONE defasado;
 - Ausência de sistema de monitoramento, de gestão e análise de informações;
 - Ausência de avaliação de impactos sócio-econômicos;
 - Falta de padronização dos decretos dos fundos de desenvolvimento;
 - Falta de uniformização da organização e dos ritos dos Condeis;
 - Desenho da política de aplicação dos fundos com rigidez financeira;
 - Baixa ingerência na definição das diretrizes e dos incentivos fiscais;
 - Baixa divulgação dos instrumentos de financiamentos disponíveis - Fundo de Desenvolvimento e incentivos;
 - Ausência de estudo de demanda / potencialidades de desenvolvimento.

ANÁLISE SWOT

OPORTUNIDADES

- Mudança na gestão do governo federal, sobretudo na área econômica, com tendência a realizar o papel dos instrumentos de fomento;
- Parcerias públicas-privadas;
 - Articulação de novos agentes operadores;
 - Revisão dos decretos dos incentivos fiscais;
 - Articulação política para o aumento de recursos via orçamento;
 - Aprovação dos planos regionais;
 - Revisão do decreto como oportunidade de inclusão de novos setores (saúde e educação);
 - Apoio de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento.

AMEAÇAS

- Baixa alocação de orçamento nos fundos de desenvolvimento;
- Exigências de garantias;
 - Propostas no legislativo contrários aos projetos dos fundos ou ao seu bom funcionamento;
 - Avaliação negativa dos fundos e dos incentivos fiscais;
 - Inadimplência;
 - Reforma tributária;
 - Crises econômicas;
 - Taxa de juros altas;

SUBEIXO: FUNDOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

LEVANTAMENTO DE RISCOS:

- Diretrizes destoantes das reais necessidades da região;
- Aumento da taxa de juros para financiamento;
- Extinção dos fundos;
- Não renovação dos incentivos;
- Falta de aporte financeiro dos fundos de desenvolvimento; e
- Falta de regulamentação de aporte percentual da Secretaria do Tesouro Nacional nos Fundos de Desenvolvimento.

PROBLEMAS FUNDAMENTAIS

Carência de controle e de direcionamento estratégico dos incentivos fiscais para o desenvolvimento regional, resultando em baixa efetividade;

Concentração da alocação dos recursos dos instrumentos de fomento;

Carência de monitoramento e avaliação dos resultados e impactos da aplicação dos recursos dos instrumentos de fomento;

Desarticulação entre instrumentos de fomento em geral (atuação individualizada, com sobreposições);

Baixa atratividade para as instituições financeiras de operações com recursos dos fundos regionais;

Fragmentação no planejamento territorial, com consequências negativas para a alocação dos recursos públicos e privados; e

Dificuldades de acesso e burocracia para acesso ao crédito por pequenos produtores e empresários de menor porte e startups (problemas na estruturação de projetos e oferecimento de garantias).

DESAFIOS FUNDAMENTAIS

Eliminar a sobreposição e o desalinhamento dos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional;

Ampliar o controle, o direcionamento estratégico e a efetividade dos incentivos fiscais e dos demais instrumentos de fomento ao desenvolvimento;

Efetivar a alocação dos recursos dos fundos e o direcionamento dos demais instrumentos de fomento de forma alinhada às diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas, bem como às estratégias e aos planos vigentes;

Ampliar e melhorar o acesso aos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional, viabilizando a redução das desigualdades regionais; e

Melhorar as condições de financiamento com recursos dos fundos regionais aos tomadores observando a atratividade para as instituições financeiras operadoras.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aprimorar a aplicação e o acesso aos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional

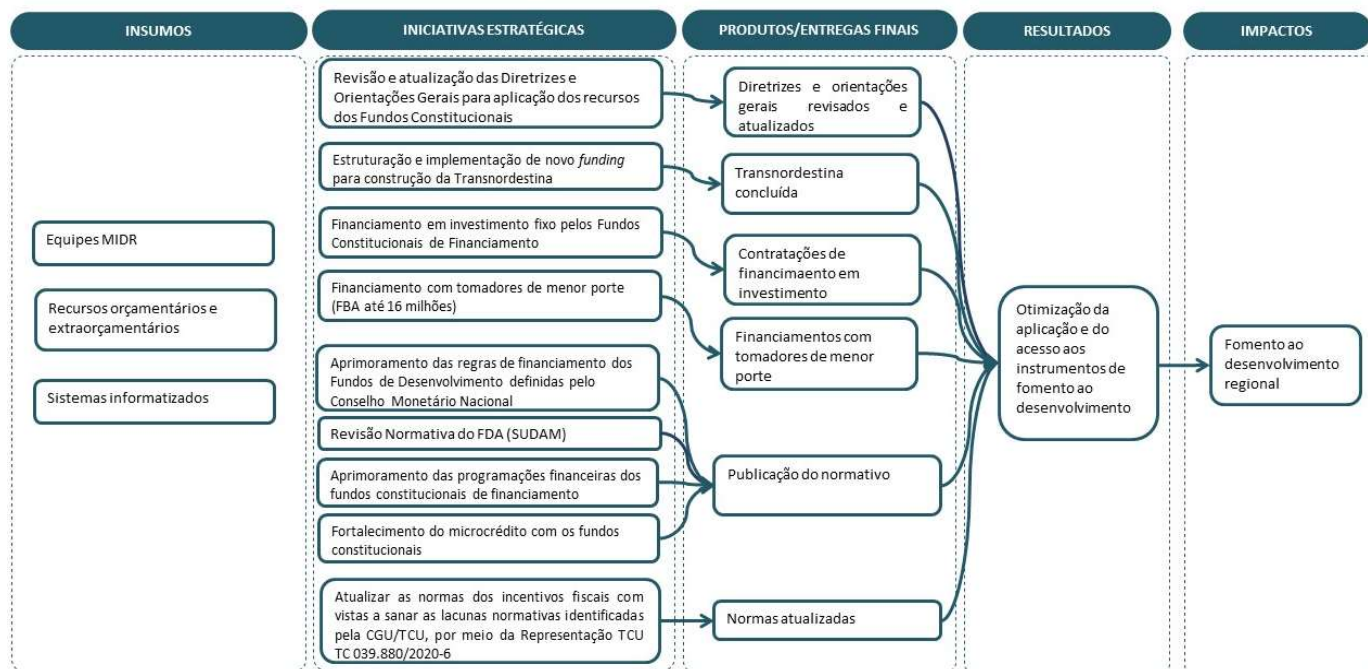
INDICADORES ESTRATÉGICO	LINHA DE BASE 2022	META 2023	META 2024	META 2025	META 2026	META 2027
Índice de Contratações dos FCFs com tomadores de Menor Porte (SNFI)	62%	51%	51%	51%	51%	51%
Índice de Contratações nas Tipologias Prioritárias da PNDR com recursos dos FCFs (SNFI)	72,7%	60%	60%	60%	60%	60%
Índice de contratações com recursos dos FDs (SNFI)	53,8%	31%	31%	31%	31%	31%

SUBEIXO: FUNDOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA INTEGRAR E DESENVOLVER

MODELO LÓGICO



DETALHAMENTO DAS METAS DAS INICIATIVAS DOS PROGRAMAS

INICIATIVAS	INDICADOR DA INICIATIVA	LINHA DE BASE 2022	META 2023	META 2024	META 2025	META 2026	META 2027
Revisão e atualização das Diretrizes e Orientações Gerais para aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais (SNFI)	Percentual de execução da iniciativa	0	100%	100%	100%	100%	100%
Revisão normativa do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)	Percentual de execução da iniciativa	0	100%	100%	100%	100%	100%
Financiamento em investimento fixo pelos Fundos Constitucionais de Financiamento (SNFI)	Índice de contratação dos Fundos Constitucionais de Financiamento em investimentos fixo	60%	60%	60%	60%	60%	60%
Financiamento com tomadores de menor porte (FBA até 16 milhões) (SNFI)	Índice de contratação dos FCFs com tomadores de menor porte	51%	51%	51%	51%	51%	51%
Estruturação e implementação de novo <i>funding</i> para construção da Transnordestina (SNFI)	Liberações realizadas	0	0	1	1	1	1
Aprimoramento das regras de financiamento dos Fundos de desenvolvimento definidas pelo Conselho Monetário Nacional (SNFI)	Publicação de Resoluções dos Conselhos Deliberativos e Portaria do MIDR	0	0	0	3	0	0
Aprimoramento das programações financeiras dos fundos constitucionais de financiamento (SNFI)	Programação (FCO, FNE e FNO) Aprovada	0	3	3	3	3	3
Fortalecimento do microcrédito com os fundos constitucionais (SNFI)	Publicação de Resoluções dos Conselhos Deliberativos e Portaria do MIDR	0	4	0	0	0	0
Atualizar as normas dos incentivos fiscais com vistas a sanar as lacunas normativas identificadas pela CGU/TCU, por meio da Representação TCU TC 039.880/2020-6	Percentual de Execução da Iniciativa	0	40%	100%	100%	100%	100%

